

9

57/1/1

## CARTA MENSAL

Rio de Janeiro, julho de 1971 - Ano XVI - N.º 196

*Nacional*

# Uma Possível Nota do Caráter Brasileiro

EVARISTO DE MORAES FILHO

# Uma Possível Nota do Caráter Brasileiro



EVARISTO DE MORAIS FILHO

"The assumption that a social character exists has always been a more or less invisible premise of ordinary parlance and is becoming today a more or less visible premise of the social sciences". David Riesman, *The Lonely Crowd — A Study of the Changing American Character*, 2<sup>a</sup>. ed., Nova York, 1953, pág. 18.

1. Bem sabemos o quanto ainda há de inconsistente e de impreciso nesta expressão *caráter brasileiro* ou *nacional*, que corre entre nós há mais de século, empregada que foi por José Bonifácio. Vale a pena a transcrição da página de Alberto Rangel, ao dar notícia da descoberta do documento do Patriarca, ao mesmo tempo que dele se dava divulgação na íntegra. É pequeno e pouco conhecido: "Em data de 27 de fevereiro de 1918, desenterava-se numa conferência política e pública, realizada na cidade de Santos, um velho manuscrito amarelado e quase desfeito pelo tempo, do punho de José Bonifácio de Andrada e Silva. Leram-no aos assistentes em voz alta, contentes do que nesse papel andradino distilava de agradável à confiança e certa validade coletiva

da assistência. Eram algumas linhas sobre o caráter geral dos brasileiros e que reatavam assim: "Os brasileiros são entusiastas do belo ideal, amigos da sua liberdade e mal sofrem perder as regalias que hua vez adquirirão. Obedientes ao justo, inimigos ao arbitrário. Supportão milhor o roubo, que o vilipêndio: ignorantes por falta de instrução, mas cheios de talento por natureza: de imaginação brilhante, e por isso amigos de novidades que prometem perfeição e emborecimento: generosos mas com basofia: capazes de grandes acções, contanto q. não exijão attenção aturada, e não requeirão trabalho assiduo e monotonico: apaxionados do sexo por clima, vida e educação. Empreendem muito, acabam pouco. Serão os Athenienses da America, se não forem comprimidos e dezanimados pelo Despotismo".

Prosegue Rangel: "A esse quadro um tanto opulento e risonho, com singulares toques de verossimilhança, é possível opôr certas modificações, se bem que não apagá-lo totalmente, substituindo-o por afirmações de outro jaez. Não se estabeleceu sobre tal assunto uma unanimidade perfeita no mundo de nossos críticos. Há pelo menos no ar uma certa variedade e antagonismo de alegações. Uns mais, outros menos, julgaram modificar a opinião do Patriarca. Ao sabor das diferentes observações, será preciso resumir o parecer de tão diferentes juízos. Do inglês se diz que é negro-cioso e obstinado, do francês que é frívolo, fingido e espiritnoso, do espanhol que é bazófilo, do alemão que é disciplinado, do brasileiro que se dirá?"

2. Al já fica uma primeira opinião, que é a de José Bonifácio. Desde então estava pôsto o desafio, e val-se encontrar uma resposta diver-sa para cada autor. Raro é o intelectual brasileiro que não haja tentado trazer a sua achega ao quadro colocado por José Bonifácio. Pessimistas uns, otimistas outros, equilibrados alguns, com maiores ou menores doses de Irrealismo ou de verossimilhança, pouco importa, de vez que todos procuram ser sinceros e objetivos, movidos pelo firme propósito de darem a última palavra sobre o assunto. Esta espécie de introspecção coletiva é por certo um bom sinal, no sentido de alguém que se quer conhecer, para, fazendo um balanço das suas qualidades positivas e negativas, proseguir numas ou emendar-se noutras. Historiadores, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, psicólogos sociais, romancistas, cronistas, jornalistas, a todos é dado e permitido acrescentar mais uma pedra ao edificio, para sempre interminável. Embora a matéria — caráter nacional — tenha passado a fazer parte dos contemporâneos tratados ou compêndios de antropologia, cultural ou de psicologia social, não há dúvida que o seu processo é histórico. Como Alexis Carrel dizia ser o próprio individuo "uma história que se escreve e uma personalidade que se cria", com muito mais razão cabem estas palavras ao possível caráter nacional.

Queremos dizer com isso que não se pode falar do caráter ou das características de um povo a não ser em perspectiva histórica, e nunca em termos absolutos e dogmáticos, à maneira de uma coisa parada, estática, morta, definitiva, imutável. Pelo

contrário, trata-se de ações e de manifestações concretas, reais, vivas, relevantes, significativas, impregnadas de sentido, numa interação constante com o meio, o momento, sob estímulos de toda ordem. A cada instante como que se constrói e se reconstrói a vida da nação, que não pode ser tomada em bloco, como coisa inteira e uniforme. Variam as regiões, os costumes, as normas de cultura e os sistemas de valores, mas assim mesmo há como que umas constantes de comportamento, perceptíveis às vezes a olho nu, quase imponderáveis outras, filtráveis pelas malhas quantitativas da estatística, mas nem por isso menos apreensíveis. Verdadeiros princípios media da sociedade, não demoram por se transformarem em estereótipos, quase intuitivos por um lado, mas perigosos por outro, como sobejamente o demonstrou Gunnar Myrdal na sua célebre pesquisa sobre o negro americano. Entrado num processo circular, o estereótipo predispõe todos a admitir as coisas e as pessoas como elle supõe que elas são. Fura contato categórico e formal. Este contato, por sua vez, vai reforçar o próprio estereótipo. Não há tempo nem propósito de analisá-lo nem de reformá-lo a longo prazo, com pesquisas, com aprofundamentos, com conhecimento simpático mais obliquo. Nem sempre o que parece mais verdadeiro à primeira vista, impressionistamente, consegue manter a mesma aparência após exame meticoloso e desinteressado.

3. Praticamente é quase infinita a bibliografia recente sobre caráter nacional. Mostra Stoezel<sup>3</sup> que as intuições pioneiras a este respeito podem

ser apontadas em Hipócrates, Heródoto, Platão, Aristóteles, passando inclusive por Malebranche no século XVII. Apesar do silêncio de Stoezel, merece destaque o papel desempenhado pela *Völkerpsychologie* da segunda metade do século XIX, com Lazarus, Steinhil, Bastian e, sobretudo, com Wundt. Coube a este último juntar aos ensaios primitivos os critérios do método histórico e comparativo. E se a psicologia dos povos era até então admitida como um "conjunto de considerações psico-etnográficas referentes às qualidades intellectuais, morais e outras de ordem psíquica dos povos" e até mesmo como "uma caracterologia dos povos atuais e dos povos cultos", orientou-se Wundt no sentido de uma psicologia evolutiva (*Entwicklungs-psychologie*), de cunho estruturalista.

Os primeiros estudos de Psicologia Social de Gabriel Tarde rogaram também o assunto, que começou a cair em descrédito por excesso de impressionismo e levianidades de toda ordem. Em 1934, com os *Patterns of Culture*, de Ruth Benedict recolta-se a noção de caráter social no centro da teoria antropológica, envolvida no seu conceito de configuração cultural. Na década de 40, no entanto, é que tais estudos irão ser incrementados. Cabe destacar, inicialmente, ao conceito de personalidade básica de Abram Kardner. Fator decisivo para este interesse foi a Segunda Guerra Mundial, com um nítido divisor de águas entre os dois blocos em litigio. O conflito como que serviu para tornar mais nítidos os contornos psicológicos das nações em luta, ao mesmo tempo que havia necessidade de se conhecer a psicologia

do adversário para, melhor vencê-lo. Passada a conflagração, continuaram os seus efeitos nas relações de ocupação e de aculturação, o que veio servir ainda de matéria para os estudos teóricos da mesma linha. Significativos são os trabalhos de duas grandes antropólogas americanas: *And Keep Your Powder Dry: An Anthropologist Looks at America*, 1942, de Margaret Mead; e *The Chrysanthemum and the Sword: Patterns of Japanese Culture*, 1946, de Ruth Benedict.

São de após-guerra as contribuições de Theodor Adorno e seus colaboradores sobre a personalidade autoritária (1950) e as anteriores, sobre a mesma matéria, de Bertram Schaffner (1948). Cumpre salientar ainda a imensa série de trabalhos de Geoffrey Gorer, de tendência psicanalista, que se iniciaram em 1943, procurando abrangeer os americanos, os japoneses, os russos e os ingleses. Merece destaque, por igual, o ensaio de David Riesman e colaboradores, publicado em 1950, sob o título de *The Lonely Crowd — A Study of the Changing American Character*. Vai caber à UNESCO a publicação de dois outros trabalhos nesta mesma linha, resultantes de pesquisas sociais, baseadas em questionários: *How Nations See Each Other*, 1953, de William Buchanan e Hadley Cantril; e *Jeuunesse sans Chryantème ni Sabre: Etude sur les Attitudes de la Jeuunesse Japonaise d'après Guerre*, 1954, de Jean Stroezel. Mais tarde, Daniel Lerner vai aplicar a mesma técnica aos franceses, com publicação em 1961.

Fugiriamos — como estamos fugindo — aos nossos propósitos, se ficássemos aqui a enumerar as contri-

buições para o estudo do que se convencionalizou chamar de caráter social ou nacional. Basta fixar o interesse maior da teoria sociológica, antropológica e histórica pelo tema, que passou, inclusive, a ser objeto de pesquisas mediante técnicas quantitativas e análises objetivas. O tema já serviu de objeto de doutoramento do professor Dante Moreira Leite no ano de 1954 em São Paulo, publicado sob forma de livro, em 2.ª edição, no ano de 1969, com o título de *O Caráter Nacional Brasileiro*, e de ensaios do professor José Honório Rodrigues, em 1957 e 1962, publicados sob o título de *Aspirações Nacionais — Interpretação Histórico-Política*, já agora em 4.ª edição.

4. O assunto é velho entre nós e na literatura comparada, como vimos. Dele cuidamos em 1952 no nosso *Problema do Sindicato Único no Brasil* págs. 308 e segs. Escreviamos em tópicos diferentes, cujas afirmações ainda hoje conservamos: "Apesar do muito que ainda apresenta de impreciso e inconstante, não há como negar-se que existe uma psicologia coletiva dos povos, como existe a do indivíduo... Interessamos-nos fixar a existência de uma psicologia social dos povos e das nações, de uma *Gemeinschaftspsychologie*, de uma psicologia das sociedades cultas. Sabemos — repetimos — quanto tais estudos apresentam ainda de confusos e de subjetivos, variando suas conclusões, às vezes, de observador para observador, mas de qualquer modo aceita-se como real a existência de uma caracterologia nacional... Há traços de cultura que são verdadeiras constantes em certos grupos. Passam-se os anos,

substituem-se as gerações, e eles permanecem mais ou menos os mesmos."

"O perigo aqui, — ainda o livro de 1952 — pela imponderabilidade da matéria tratada, está nos exageros, nas místicas, nos conceitos demasiado plásticos e volúveis. E, ademais, segundo N. Colajanni, as nações mudam de caráter ao longo da história, mudança esta que infirma a estabilidade dos elementos distintivos de suas postas raças. E isso se deve principalmente à educação, em seu sentido mais amplo. Embora de modo mais difícil e demorado, pode acontecer aqui o que acontece com os indivíduos. A educação, de resto, nada mais é do que isso: a autotransformação individual, a modificação das maneiras de pensar e de agir. Se a conduta continuasse a mesma, tanto nos indivíduos como nos povos, não teria havido educação, não se teria dado a assimilação cultural profunda, capaz de acarretar mudanças definitivas nos hábitos, impulsos, desejos, idéias e ações do educando."

E prosseguíamos no ensaio de 1952: "Tudo isso veio a propósito de uma verdadeira constante, que não se cansam os autores de mostrar no caráter do povo brasileiro: a sua falta de sentimento de cooperação, de solidariedade social, de aproximação durável e profunda em associações voluntárias. Desde os tempos coloniais, como que vive o brasileiro isolado, separado um do outro, em verdadeiro atomismo social. Salvo raras manifestações de filantropia, de festividades periódicas, de motivos de emotividade superficial, não se aproximam as pessoas, voluntariamente, para um convívio contínuo, para a constituição

de um colégio institucional independente de suas próprias vidas individuais. Em geral, cessado o móvel imediato da aproximação, dissolve-se o grupo, dispersam-se os seus elementos, morrendo por falta de combates a própria instituição.

É inegável em nossa Inorganização nacional, essa falta de inclinação para a vida associativa. Salvo um ou outro exemplo de aglutinação espontânea, mas totalmente fugaz, como a vaquejada, tão bem descrita por Euclides da Cunha, os préstimos de vizinhos, os velórios, não somos realmente dados a grandes aproximações permanentes.

Retere-se Euclides à busca do gado fugido, e escreve: "Solidários todos, auxiliam-se incondicionalmente e em tôdas as conjunturas". E depois, pouco mais abaixo: "Esta solidariedade de esforços evidencia-se melhor na vaquejada, trabalho consistindo essencialmente no reunir e descreminhar depois os gados de diferentes fazendas vizinhas, que por ali vivem em comum, de mistura, em um compáscuo único e enorme, sem cercas e sem vaílos".<sup>4</sup>

Pois bem, esta solidariedade momentânea, sincera e brilhante, nunca nos faltou. Somos grandes emotivos, sempre prontos a gestos de desprendimento e colaboração, mas gestos passageiros. Falta-nos, porém, a perseverança nessa colaboração. Cedo, somos levados para outros interesses, outras companhias, abandonando a tarefa coletiva há pouco empreendida. Talvez que haja maior gasto de sensibilidade e de sentimento, mas há menor quantidade de persistência e de

vontade de continuar. As realizações solidárias aqui facilmente se comem, mas poucas se prolongam duradouramente. A nossa tendência é para a dispersão, tanto na vida económica, como na cultural. Nesta última, preferimos sempre o autodidactismo ao estudo metódico em conjunto, em equipe, universitário ou escolar. Querem todos que a sua personalidade se mantenha intacta e dominante, que-rem impô-la discricionariamente. Não estamos habituados ao debate, ao convívio, ao seminário. Ninguém quer dar-se por vencido, em favor do conjunto ou da coletividade. Vivemos de egoísmos e de isolamentos. Cada um no seu mundo, fechado na sua torre de marfim.

Agora mesmo assistimos ao desagregamento dos grandes partidos nacionais (escrito em 1950), em troca de interesses pessoais e localistas. Onde a organização partidária, de carácter nacional, com fundo orgânico e coeso? Falta-nos a visão do conjunto, o sentimento do todo, e isso destrói a formação de entidades que sobrepassassem os horizontes e os limites acanhados dos interesses pessoais de cada um. O indivíduo ainda não se dissolve dentro da associação, em prol de seu crescimento e continuidade. Entre nós, os partidos continuam sendo as personalidades físicas e concretas que os compõem. Há mais de carismático do que propriamente de racional em sua constituição."

5. Depois de poucas páginas de conceituação do que seja solidariedade social e criticar os exageros de certa escola solidarista, continuávamos com o nosso ensaio. Basta-nos agora, entre outras, esta sucinta opinião de

Héni Marton, em sua obra clássica de 1899: "A ideia de solidariedade é em geral a de uma relação constante, de uma dependência mútua entre as partes de um todo".<sup>5</sup>

E prosseguimos, ainda em 1952: "De qualquer modo, não se pode negar a existência de certas instituições de solidariedade, mesmo no sentido de sociologia aplicada ou de política. Entre categorias ou grupos homogêneos, aparecem processos e formas sociais que estreitam cada vez mais os laços que os prendem. É velho o provérbio: a união faz a força, que Izoulet assim traduz, em linguagem sociológica: "l'association produit un plus-vie; l'association crée".<sup>6</sup>

Há instituições que procuram fomentar esta solidariedade entre pessoas do mesmo círculo, mesma área, da mesma atividade, da mesma origem. São comunissimas entre os anglo-saxões, onde se apresentam numa infinita miríade de modalidades: clubes, associações, fundações, núcleos, ligas, alianças, partidos, sindicatos, igrejas, ordens, círculos, sociedades, Irmandades, cooperativas, e assim por diante. O fato impressionou Taine profundamente, quando de suas visitas à Inglaterra nos anos de 1858 e 1871, e éle o registra nestes termos: "As sociedades particulares formigam: sociedades para o salvamento dos que se afogam, para a conversão dos judeus, para a propagação da Bíblia, para o avanço da ciência, para a proteção dos animais, para a repressão do vício, para a abolição do dízimo eclesiástico, para tornar os operários proprietários, para lhes proporcionar boas casas, para lhes obter fundos de poupança, pela

emigração, para o bom uso do domingo, contra a embriaguez, para fundar uma escola de preceptoras. Basta passear nas ruas e folhear os jornais ou as revistas, para verificar a quantidade e a importância dessas instituições". "O Inglês não se afasta dos negócios públicos: são seus negócios; deseja tomar parte na sua gestão. Não vive isolado; acredita-se obrigado a contribuir de um modo ou de outro para o bem comum".<sup>7</sup>

Entre nós, por mais de uma causa — que não vem a propósito esmiuçar, — talvez pela herança racial e cultural da Península Ibérica; pela extensão do país, que muito favoreceu o isolamento agrário e a dispersão; pelo patriarcalismo da nossa formação, sob os tipos e modelos de clans e famílias dominantes; nunca vivemos mergulhados profundamente nessas instituições de solidariedade social. Tudo aqui é fugaz e superficial, nasce com muito calor e alarido, e morre com não menores esquecimento e abandono.

Referindo-se a esse nosso insolidarismo social, escreve Capistrano de Abreu: "Os mecânicos nunca formarão gremios profissionais à manelra da Europa: eram para isso muito poucos, e se nas cidades podiam viver de um só ofício; em lugares de população menos densa, precisavam de sete instrumentos para ganhar a subsistência. Mesmo nas cidades faziam-lhes concorrência os oficiais escravos. A falta de gremios notava-se nas outras classes. Continuavam as históricas pessoas morais, mas sua ação, já entraquecida pela vastidão do território, acabara por definir desde que o absolutismo revelador desaten-

deu a seus privilegiados. Se excetuámos algumas Irmandades e associações de beneficência, como as casas de misericórdia, sempre beneméritas e sempre vivazes, as manifestações coletivas eram sempre passagêiras: mutirão, pescarias, vaquejadas, feiras, novenas. Entre o Estado e a família não se interrompam coordenadores de energia, formadores de tradição, e não havia progressos definitivos. Um indivíduo podia tentar uma empresa e levá-la a bom êxito; com a sua ausência ou com a sua morte perdia-se todo o trabalho, até vir outro continuá-lo passados anos, para afinal colher o mesmo resultado efêmero. Vida social não existia, porque não havia sociedade".<sup>8</sup>

Estas palavras de Capistrano lembram até as que escreveu Sânt-Hilare a respeito do Brasil: "Dans ce pays, la société n'existe point, et, à peine, y pourrait-on découvrir quelques éléments de sociabilité".

Em capítulo especial que dedicou ao assunto, assim se exprime Oliveira Vianna: "São escassíssimas as instituições de solidariedade social em nosso povo. Em regra, aqui, o homem vive isolado dentro dos latifúndios ou do círculo familiar. O âmbito da sua solidariedade é restritíssimo"... "As formas de solidariedade voluntária, de cooperação espontânea e livre, só aparecem entre nós sob a ação empolgante dos grandes entusiasmos coletivos: a Frio, com a automaticidade instintiva dos anglo-saxões, não as criamos, nem as sustentamos nunca. Partidos políticos ou ligas humanitárias, sociedades de fins morais ou clubes recreativos, todas essas várias formas da solidariedade têm entre

nós uma vida artificial e uma duração efêmera. Organizadas, dissolvem-se logo, ou pela desarmonia interior, ou pelo esquecimento rápido dos fins visados. Outras vezes, ficam apenas em simples tentativas abortidas que, logo lançadas, logo se dispersam e somem, de manso e em silêncio — o que prova a sua falta de base na psicologia normal do povo. Normalmente, o círculo da nossa simpatia ativa não vai, com efeito, além da solidariedade de clan. É a única forma de solidariedade social que realmente sentimos, é a única que realmente praticamos".<sup>9</sup>

Já no século passado, no seu célebre *Discurso em Mangas de Camisa*, de 1877, fixava Tobias Barreto este quadro de dispersão e individualismo nacional: "O que mais salta aos olhos, o que mais fere as vistas do observador, o fenômeno mais saliente da vida municipal, que bem se pode chamar o expoente da vida geral do país, é a falta de coesão social, o desagregamento dos indivíduos, alguma coisa que os reduz ao estado de isolamento absoluto, de átomos inorgânicos, quase podia dizer, de poeira impalpável e estéril. Entre nós, o, que há de organizado, é o Estado, não é a Nação; é o governo, é a administração, por seus altos funcionários na corte, por seus sub-rogados nas províncias, por seus íntimos caudatários nos municípios; — não é o povo, o qual permanece amarfoso e dissolvido, sem outro laço entre si, a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo".<sup>10</sup>

Em outros grandes estudos das coisas brasileiras notaram o mesmo fato, encarando-o por ângulos diversos. Uns procurando explicá-lo, enquanto outros se limitavam a fixá-lo. Entre os primeiros se encontra Sérgio Buarque de Holanda, que escreve: "A frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se Portugal e o Brasil. Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construídas, foram continuamente no sentido de separar os homens, nunca de os unir. Os decretos dos governos nasceram em primeiro lugar da necessidade de se conterem e de reafirmarem as paixões e as opiniões dos homens, só raramente da pretensão de se associarem as suas forças. A falta de coesão em nossa vida social não re-presenta, assim um fenômeno moderno".<sup>11</sup>

Páginas adiante, volta o autor ao mesmo assunto, tornando a apontar entre nós, a ausência de uma certa aptidão para o social, de um princípio super-individual de organização, denunciando a nossa conduta de todos os dias um "apego singular aos valores da personalidade".

Também Gilberto Freyre anota o fato e procura explicá-lo, com estas palavras: "O patriarcalismo mesmo, criando economias autônomas, ou quase autônomas, aguçando o individualismo dos proprietários e o privativismo das famílias, enfraqueceu na gente das casas grandes o desejo de solidariedade — ainda hoje tão fraco no brasileiro, quase que sensível apenas no parentesco próximo e à iden-

tidade da religião. Tanto que foi no escravo negro que primeiro desbrochou no Brasil o sentido de solidariedade mais largo que o de família, a capacidade de associação sobre base fracamente cooperativista".<sup>12</sup>

Citando Capistrano de Abreu e o padre Simão de Vasconcelos, abre Pedro Calmon um parágrafo especial sob o título *O Individualismo* que dominou a vida brasileira nos tempos coloniais: "Mais gregário que o sertanejo, o agricultor da mata não passara da fase familiar da sua evolução preguiçosa. Os proprietários uniam-se para determinadas cerimônias, que lhes exigiam um entendimento vago. Principalmente se uniam pela teia dos casamentos que fixavam a sua pequena aristocracia. Mas não havia entre eles um interesse econômico, ou um senso de cooperação, que realmente os aliciasse e articulasse, numa força organizada".<sup>13</sup>

riana, ou brasileira" — metáforas que são quase delírios de linguagem — pomos, de costume, a "simpatia", o impulso de "mínimo auxílio", a "benevolência", a nobre e pura "caridade" dos católicos, o "altruísmo", eloquente nome da síntese da virtude de Augusto Comte: "viver para outrem", o espírito de "humanidade", que nos unem, enfim, ao nosso semelhante — chinês ou kafir, da Terra Nova ou patagão — acima da "amizade" que nos prende ao companheiro e consócio na vida e no trabalho, e de todos os sentimentos reais, domésticos, pátrios e sociais, que nos ligam ao irmão no sangue, ao compatriota descendente dos mesmos avós, vizinho no solo e confrade na língua, deixando-nos inertes por estímulos nus de senso e vazios de naturalidade".<sup>14</sup>

Conhecedores que somos desse traço cultural da nossa formação histórica, devemos, nós brasileiros, orientar toda a vida nacional no sentido de maior incremento das instituições de solidariedade social em nosso meio. Favorecer tudo que una, tudo que aproxime, tudo que mantenha a associação; combatendo os critérios que permitam a desunião, a desagregação, o fracionamento. Na esfera econômica, na organização das profissões cada um cuida de si, trata de seus interesses particulares, esquecidos de que todos reunidos terão muito mais força e possibilidade de vencer. Portanto, afinal de contas, e nunca é demais repeti-lo, pode ser baseada numa frase de Franz Oppenheimer toda a axiomática do sindicalismo: "O indivíduo se engana muitas vezes na proteção dos seus interesses, uma classe não se engana nunca de modo permanente".

6. Aqui termina, no que interessa ao tema deste ensaio, o que escreveríamos em 1952. O livro em que isso se encontra é de matéria sindical, e fomos levados a essas meditações exatamente pela nossa experiência no Ministério do Trabalho, quer como Procurador da Justiça do Trabalho, a quem incumbia presidir às eleições sindicais, quer como Assistente de vários Ministros de Estado até 31 de janeiro de 1951. As eleições faziam-se, quase sempre em segunda convocação, com um número insignificante de associados. As resoluções plenas, de assembleia geral realizavam-se com as salas vazias, sem nenhuma representatividade, embora se tratasse de assuntos da maior relevância profissional, tais como convenções coletivas, dissídios coletivos ou mesmo deflagração de greve. A categoria não se interessava pelos sindicatos, quase que artificiais, constituídos de cima para baixo, nos gabinetes ministeriais, para preencher as rubricas do enquadramento sindical. Para manter as entidades sindicais, copiou-se de Mussolini, em 1940, o impósto sindical agora apelidado de contribuição sindical. Com isso mantêm-se as purras cheias de dinheiro, constroem-se sedes monumentais, fomentam-se os pelogos, mas continuam vazias as sedes dos sindicatos, abandonadas pela categoria que não se sindicaliza e pelos poucos associados, que lá não comparecem. Até hoje constitui retumbante letra morta a legislação sobre convenção coletiva de trabalho, existente entre nós desde 1932. Contam-se nos dedos as convenções celebradas, espontaneamente, livremente, entre empregados e empregadores. Tudo vem de fora, do Estado paternalista,

de qualquer dos seus Poderes, sob forma de leis, de decretos ou de sentenças normativas dos tribunais.

Esta mesma desagregação e falta de coesão associativa notam-se na vida universitária, na vida política, na vida religiosa. Não há muito, coligaram-se aqui no Rio dois partidos políticos de orientações ideológicas — se é que as tinham — diametralmente opostas. Os dois candidatos mais votados, dessa coalizão, eram um notório comunista e o outro uma alta patente das Forças Armadas, do PSD. Nas universidades, a coisa mais difícil do mundo é conseguir número para as congregações e para os demais conselhos gratuitos. As equipes de trabalho são difíceis de constituir, os professores mal se vêem; o espírito de coleguismo é quase totalmente ausente. A argamassa que os reúne é mais de mera solidariedade mecânica, de simples proximidade física, do que propriamente orgânica, profunda e desejada. As eleições universitárias, esbaldantis, e as sindicais passaram a ser obrigatórias, estas até em texto constitucional, como obrigatórias já eram as eleições gerais. Fora do comum padrismo, do espírito de clan, de certo interesse econômico e oligárquico de família, pouco resta de verdadeiramente sentido e querido que leve o nacional deste país a um dissolver-se, a um apagar-se no grupo, na missão, na obra coletiva. Quem de nós não tem agora mesmo em sua memória o quadro desolador de reuniões de assembleias de condomínios, de sociedades por ações, de clubes, de conselhos deliberativos e de instituições de qualquer outra natureza?

Entre as características positivas tradicionais da nossa gente, conseguiu José Honório Rodrigues reunir, quanto à matéria de que vamos tratando, somente essas duas, de forma tímida e bem cautelosa: "A importância das relações de família, que é ainda o núcleo da vida social... Pela própria forma tradicional da cooperação agrícola (puxirão, mutirão), pode-se desenvolver o espírito associativo geral, muito reduzido". E entre as características negativas tradicionais e atuais: "A permanente e incansável luta de todos contra o Estado, contra o tesouro público". Refere-se também "ao personalismo da vida brasileira, que pode e deve ser corrigido pela ênfase dada aos problemas e não às pessoas".<sup>15</sup>

7. Em verdade, e voltando ao tema central deste ensaio, o mal vem de longe, da formação da própria nacionalidade. Se houve uma página que sempre me impressionou, foi esta de Frei Vicente do Salvador, na sua *História do Brasil*, ultimada em 1627: "Donde nasce também que nem um homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. Não notei eu isto tanto quanto o vi notar a um bispo de Tucuman da ordem de São Domingos, que por algumas terras passou pera a corte. Era grande canoinista de bom entendimento e prudência, e assi ia muito rico. Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe pera comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue e, se mandava pedir as coisas e outras mais às casas cascas particulares, lhas mandavam.

Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa... Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas é uma piedade, porque, atendo-se uns aos outros, nem um as faz, ainda que bebam água suja e se molhem ao passar os rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isto vem de não tratarem do que há cá de ficar, senão do que não de levar para o reino".<sup>16</sup>

Mais do que visitantes estrangeiros, embora houvessemos citado, de passagem, Saint-Hilaire, e muitos outros pudésemos ter aqui alinhado, preferimos a prata da casa, por dois motivos: primeiro, porque cada um dos autores referido sentiu em si mesmo, na sua experiência da vida, na sua educação, nas suas relações, as marcas caracterológicas da sociedade em que cresceram, viveram e morreram, e na qual muitos ainda vivem, felizmente; e segundo, porque se trata de intelectuais, de analistas da sociedade brasileira, que a estudaram exaustivamente, como profissão deles, com profundidade e cuidado, procurando dar-lhe uma interpretação válida, procurando fazer-lhe um retrato de corpo e alma, de ações e de intenções, de realidades e de desejos.

Onde a opinião pública organizada, forte, atuante? Onde os grupos de pressão dessa opinião pública? Onde aqueles "coordenadores de energia" coletiva, a que se referiu Capistrano? O fato é que vivemos, temos vivido, mais do que isso, sobrevivido, a despeito dessas possíveis qualidades negativas — de ausência de associativismo, de transpersonalismo, de espi-

rito publico, de olhos voltados para o bem comum. A tomada de consciência já é o despertar para a mudança. Exemplo disso ai está, os incentivos fiscais, inteligentes, ducteis, hábeis, que levam os indivíduos, através da satisfação dos seus egoísmos privados, à realização do bem comum...

Para concluir, nada mais indicado do que uma página de Machado de Assis; o nosso arguto psicólogo, ainda há pouco trazido à colação nesta mesma sala. Mais de três séculos e meio depois de Frei Salvador, escrevia ele numa de suas crônicas, exatamente em 29 de maio de 1892: "Ora, é certo que nós não damos para reuniões. Não me repliquem com teatros nem bailes; a gente pode ir ou não ir a eles, e se vai é porque quer, e quando quer sair, sai. Há os ajuntamentos de rua, quando alguém mostra um asbóio de dous sopros, ou um frango de quatro cristas. Uma facada reúne gente em torno do ferido, para ouvir a narração do crime, como foi que a vítima vinha andando, como recebeu o empurrão, e se sentiu logo o golpe. Quando algum bonde pisa uma pessoa, só não acode o cocheiro, porque tem de evadir-se; mas todos cercam a vítima... Tudo por quê? Porque são atos voluntários, não há calendário; nem relógio, nem ordem do dia; não há regimentos. O que não podemos tolerar é a obrigação. Obrigação é eute-

nismo de cativo: tanto que os, antigos escravos diziam sempre que iam à sua obrigação, para significar que iam para casa de seus senhores.

Nós fazemos tudo por vontade, por escolha, por gosto; e, de duas uma; ou isto é a perfeição final do homem, ou não passa das primeiras verduras. Não é preciso desenvolver a primeira hipótese; é clara de si mesma. A segunda é a nossa virgindade, e, quando menos em matéria de amofinações, políticas ou municipais, é preciso aceitar a teoria de Rousseau: O homem nasce puro. Para que corromper-nos?

Há um costume que prova ainda a minha tese. Quando uma assembleia de acionistas acaba os seus trabalhos, levanta-se um deles e propõe que a Mesa fique autorizada a assinar a ata por todos. A assembleia concorda sempre, e dissolve-se".

Como aqui se assina o ponto no início da sessão, e cada um tem interesse, por motivos óbvios, de apor a sua própria assinatura, não precisamos pedir à Mesa que o faça por nós. Resta-me, pois, lembrar à ilustre assembleia que nada mais temos a fazer aqui por hoje. Já cumprimos o nosso dever, já viemos à nossa obrigação. Espero que concordem, como na crônica de Machado e que se dissolva a assembleia...

- (1) A. Rangel. No rolar do tempo. Rio, 1937, págs. 13/14. Cap. II. O Caráter do Brasileiro.
- (2) A. Carrel. *L'Homme, cet inconnu*. Paris, 1935, págs. 195, 201 e 228.
- (3) J. Stoezel. *La Psychologie Sociale*. Paris, 1963, págs. 40, 53 e 65/70. Não daremos aqui uma bibliografia extensa sobre caráter nacional, além dos indícios penatáveis indicações ou referências no texto, sob pena da cauda ficar maior do que o assunto e praticamente insostenível. Ainda há pouco, escrevia Daniel Bell: *National Character Revisited: a Proposal for Rencognizing the Concept*, in Ed. Norbeck.

D. Price-Williams e W. M. McCord, eds. *The Study of Personality*. Nova York, 1968, págs. 103: "A idéia de caráter nacional pelo menos, de diferenças grupais distintas — e são velhas como o primeiro viajante que em algum tempo descobriu uma outra sociedade e viveu para contar a respeito dela quando de volta ao seu próprio país".

- (4) E. da Cunha. *Os Sertões*, 20ª ed., Rio, 1946, pág. 125.
- (5) H. Merlon. *De la Solidarité Morale*, 6ª ed., Paris, 1899, pág. 2.
- (6) J. Izoulet. *La Cité Moderne — Métaphysique de la Sociologie*, 7ª ed., Paris, 1903, pág. 53.
- (7) H. Taine. *Notes sur l'Angleterre*, 14ª ed., Paris, 1910, págs. 225/226.
- (8) C. de Abreu. *Capitulos de História Colonial (1500/1800)*, 3ª ed., Rio, 1934, págs. 239/240.
- (9) F. J. Oliveira Vianna. *Populações Meridionais do Brasil (História — Organização — Psicologia)*, 2ª ed., São Paulo, 1922, págs. 187/188.
- (10) T. Barreto. *Obras Completas*, vol. IV, Discursos, Ed. do Est. de Serrippe, 1926, pág. 101.
- (11) S. B. de Holanda. *Raizes do Brasil*, Rio, 1936, pág. 6, e também 113/114.
- (12) G. Freyre. *Sobrados e Mucambos*, São Paulo, 1936, págs. 71/72.
- (13) P. Calmon. *Espirito da Sociedade Colonial*, São Paulo, 1935, pág. 96.
- (14) A. Torres. *O Problema Nacional Brasileiro*, 3ª ed., São Paulo, 1938, págs. 105/106.
- (15) J. H. Rodrigues. *Aspirações Nacionais — Interpretação Histórico-política*, 3ª ed., São Paulo, 1965, págs. 71, 74 e 75.
- (16) Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil*, 4ª ed., São Paulo, 1954, págs. 41 e 43.
- (17) M. de Assis. *A Semana*, 1.º vol. (1892/1893), Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inc., 1955, págs. 41/43.